

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. Marcel van Hattem e outros)

Requer informações à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Osmarina da Silva Vaz de Lima, acerca do desmatamento recorde na Amazônia, observado neste mês de fevereiro pelo Deter, sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Osmarina da Silva Vaz de Lima, este Requerimento de Informação acerca do desmatamento recorde na Amazônia, observado neste mês de fevereiro pelo Deter, sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima reconhecer como importantes para a compreensão dos fatos:

- 1) A que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima atribui o recorde de desmatamento na Amazônia, observado neste mês de fevereiro pelo Deter, sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)?
- 2) Considerando que o desmatamento é o principal emissor de gases de efeito estufa no Brasil, qual é o plano do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para cumprir o Acordo de Paris?



- 3) Faz parte dessa estratégia, ou é intenção do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a criação de um mercado interno regulado de carbono, a partir da definição de metas obrigatórias de aquisição de crédito para atividades econômicas domésticas, tais como agropecuária, energia e indústria?
- 4) O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima pretende alterar as regras para o desmatamento legal em relação às normas atualmente vigentes?
- 5) O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima possui metas anuais de redução do desmatamento ilegal nos próximos quatro anos? Em caso afirmativo, quais são essas metas?
- 6) Quais medidas o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima já adotou, efetivamente, para conter o desmatamento ilegal na Amazônia?
- 7) Qual é o plano e quais são os critérios adotados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para a utilização e distribuição de recursos financeiros captados pelo Fundo da Amazônia? Quais são os requisitos para alguém (pessoa física ou jurídica) poder ser beneficiário desses recursos?
- 8) Por fim, solicito o envio do histórico atinente aos valores totais do Fundo aplicados anualmente e a proporção deste valor usada efetivamente no combate ao desmatamento ilegal.

JUSTIFICATIVA

A imprensa revelou esta semana que, apenas entre os dias 1º e 17 de fevereiro, foram perdidos 208,7 km² de floresta na Amazônia Legal, uma área equivalente à cidade de João Pessoa (211 km²)¹. O número já constitui um recorde para o mês de fevereiro desde o início da série histórica, em 2015.

Até então, o recorde de desmatamento para um mês de fevereiro havia sido registrado em 2022, com 198,6 km² de floresta desmatada.

¹<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/02/em-duas-semanas-desmatamento-na-amazonia-ja-bate-recorde-para-fevereiro.shtml>



À época, a organização não-governamental (ONG) ambiental Greenpeace afirmou que *“Este aumento absurdo demonstra os resultados da falta de uma política de combate ao desmatamento e dos crimes ambientais na Amazônia, impulsionados pelo atual governo”*².

Também à época, o pesquisador Paulo Barreto, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), atribuiu o aumento do desmatamento à política ambiental do governo Bolsonaro, afirmando à GloboNews: *“Basicamente, o governo cumpriu a promessa de reduzir a fiscalização e as pessoas no campo entendem isso rapidamente. Se tem menos fiscalização, os criminosos vão atuar.”*³

Se os especialistas consideram que a principal causa do desmatamento é a política ambiental adotada pelo governo de turno, e os números do desmatamento na Amazônia em fevereiro de 2023 são ainda piores - e muito piores - do que nos anos anteriores, então faz-se necessário compreender qual tem sido a estratégia do atual governo para combater o desmatamento ilegal na Amazônia, visto suas severas consequências.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão do caso.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 2023.

MARCEL VAN HATTEM (NOVO/RS)

Deputado Federal

²<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/deter-2022-registra-o-pior-fevereiro-da-serie-historica/>

³<https://g1.globo.com/meio-ambiente/amazonia/noticia/2022/03/19/brasil-tem-records-de-desmatamento-em-janeiro-e-fevereiro-entenda-tendencia-2022.ghtml>





Requerimento de Informação **(Do Sr. Marcel van Hattem)**

Requer informações à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Osmarina da Silva Vaz de Lima, acerca do desmatamento recorde na Amazônia, observado neste mês de fevereiro pelo Deter, sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Assinaram eletronicamente o documento CD233844514200, nesta ordem:

- 1 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
- 2 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)
- 3 Dep. Mauricio Marcon (PODE/RS)
- 4 Dep. Deltan Dallagnol (PODE/PR)
- 5 Dep. Luiz Lima (PL/RJ)
- 6 Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra (PL/SP)
- 7 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)